

# Desvio ideológico na concepção de mérito acadêmico

**Governo compele a categoria a avaliações que estimulam a individualização e provocam efeitos da heteronomia sobre a função docente**

Carla Lisboa

A professora titular em análises clínicas do curso de Farmácia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Maria Suely Leonart, descobriu e produziu amostras-controle para calibragem de aparelho de hemograma. Era segredo industrial. As indústrias estrangeiras não repassam esse conhecimento e dizem que se usar amostras de outra origem pode danificar os aparelhos que elas vendem. A professora provou que isso não é verdade. “Testamos por três meses em 14 laboratórios

de Curitiba e conseguimos um super-resultado. Confirmamos que dava para usar as amostras e que serviam para calibrar os aparelhos”.

Ela publicou a pesquisa, mas não patenteou e nem vendeu. Queria criar o conhecimento e disponibilizá-lo para o Brasil baratear custos de importação, como faz hoje com pesquisas que objetivam melhorar a qualidade de exames de detecção de câncer e do tratamento de anemia falciforme. Estuda a padronização de uma nova técnica mais eficiente de coleta de material com meio líquido



**Maria Suely atua no Laboratório de Citologia e fez descobertas importantes, mas não patenteou para que fossem de domínio público**

Arquivo ANDES-SN

guados recursos que recebe. Eles são distribuídos de forma insuficiente e sem equidade. Para mim, por exemplo, compram o mínimo”, revela. Se quiserem receber dinheiro para pesquisa, os docentes são obrigados a ingressar num sistema produtivista de atividades acadêmicas e de captação de recursos instituído pelo Ministério da Educação (MEC) por meio dos órgãos de fomento à pesquisa.

Se não se integrarem nesse sistema, nem sequer entrarão na disputa pelo dinheiro e, pior, não obterão boa avaliação de desempenho e não terão ascensão funcional e nem salarial, não ingressarão na pós-graduação, não receberão dinheiro para pesquisa e colocarão em risco a pontuação da universidade perante um sistema federal de recebimento de recursos, ao qual a instituição está presa. Maria Suely é exemplo do que ocorre país a fora. Os docentes têm de captar recursos financeiros, condicionados a critérios externos, assegurar pesquisas e conquistar boa pontuação para evoluir na carreira. Caso contrário, deixam de existir perante os órgãos de fomento à pesquisa, perdem a oportunidade de ascender na carreira e, com isso, a possibilidade de obter reajustes salariais, uma vez que o plano de carreira está ligado à lógica da produtividade.

para exame de Papanicolau de baixo custo para laboratórios e para o Sistema Único de Saúde (SUS). Na outra pesquisa, estuda como as substâncias antioxidantes podem proteger os portadores de falciforme da oxidação exacerbada das células. “A ideia de que o antioxidante pode melhorar a qualidade de vida deles poderia ser um tema que o governo ajudasse financeiramente”.

O dinheiro que precisa para o Laboratório de Citologia a própria Maria Suely tem de captar, por meio de concorrência a editais. “A universidade não faz planejamento de gastos dos min-

O efeito negativo e mais evidente dessa situação é a transformação da atividade acadêmica em tarefas de cunho produtivista e instrumental a serem executadas em curto prazo, as quais se distanciam do conteúdo profundo do conhecimento e reduzem a qualidade da pesquisa científica e da educação superior pública.

“A incorporação da avaliação individual e dos programas e cursos isoladamente, desvinculados das instituições, o que é exótico e anticientífico, é proveniente de um complexo de fatores interligados. Quando examinamos os documentos do Banco Mundial, em particular o famoso ‘Banco Mundial e a Educação Superior: Lições Derivadas da Experiência’, 1994, percebemos que a avaliação foi pensada como instrumento para golpear a autonomia universitária. O controle dos resultados – produtividade, eficiência –, guiado por referências utilitaristas, é fundamentalmente coercitivo, recursos, bolsas, simbolismo. E esse controle é um controle sobre o processo de trabalho, sobre o modo de apropriação do tempo, agravando a heteronomia”, esclarece o professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ), Roberto Leher.

Além disso, a própria oferta de financiamento mediante órgãos de fomento passa a ser vinculada a Câmaras Setoriais (CT-Hidro, CT-Petro, etc.) que terminam por direcionar a pesquisa a assuntos do interesse do setor econômico, que destinam recursos aos fundos setoriais. “Não há mais pesquisa livre ou desinteressada, e o debate sobre o valor da pesquisa básica em relação à pesquisa aplicada se torna distorcido”, acrescenta o professor do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB), Carlos Hiroo Saito.

### **Crerios produtivistas**

A docência superior e a pesquisa científica estão cada vez mais reduzidas ao cumprimento de metas localizadas sob parâmetros irracionalmente homogêneos. A avaliação de desempenho segue parâmetros produtivistas com intensa produção de artigos científicos,

orientação de estudantes na pós-graduação, execução de aulas na graduação, captação de recursos financeiros por meio de elaboração de projetos para disputas de editais, dentre outras atividades que, “no fundo, refletem uma política global produtivista e deslocada da função social do trabalho docente”. O resultado disso, segundo o ANDES-SN, tem sido o adoecimento da categoria, a queda da qualidade das pesquisas e do magistério, a precarização do trabalho e a mercantilização da ciência e da educação superior pública.

Leher explica que, como as universidades não têm recursos de outros custeios capazes de financiar a pesquisa e a extensão, o “bom desempenho” na pós-graduação sob a ótica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a boa qualificação do indivíduo no Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) passaram a ser uma questão de sobrevivência, pois os recursos e os suportes das agências de fomento são dirigidos para os programas e indivíduos “bem avaliados”. “Isso exige um esforço sobre-humano dos indivíduos, uma profunda reorientação dos trabalhos universitários, objetivando a produção regular de produtos, pois, sem isso, o seu programa pode cair na avaliação e, certamente, será identificado o docente que produziu abaixo do esperado. Isso aprofunda a alienação do trabalho, provoca adoecimento e tristeza, como mostraram Valdemar Sguissardi e João dos Reis, e, sobretudo, perda da relevância do que é investigado na universidade brasileira”.

### **Excluidos do sistema**

Um dos principais quesitos da avaliação institucional e de docentes é a vinculação à



Wilson Dias-ABr

**Os problemas provocados pelas avaliações do governo também são motivo de mobilização dos professores**

pós-graduação, à quantidade de orientandos e à redução do tempo dos cursos desses orientandos. Exatamente por causa disso uma parcela grande de docentes está excluída do sistema. Além do surgimento de novos programas, constantemente outros enxugam seus quadros ou reduzem o número de credenciados em razão da avaliação da Capes estar baseada nesse tipo de produtividade. Docentes que condicionam seu trabalho a esses critérios são, gradualmente, postos à margem até serem eliminados porque são considerados peso morto.

A Capes vê programas que reúnem maior número de docentes como inchados e, quando isso ocorre, mantém no quadro os professores que assinam o maior número de publicações. O resultado é um grande contingente de docentes impedidos de atuar na pós-graduação. Essa situação piorou depois da abertura de concurso para ampliação do quadro nos governos Lula e Dilma. Muitos docentes não conseguem entrar imediatamente na pós-graduação porque estão fora do já estabelecido critério de credenciamento baseado nas publicações. “O destino de muitos professores é ficar estacionados na classe de adjunto sem conseguir passar para o nível de associado”, alerta o professor Carlos Saito.

Com esse sistema, foi instituída, por meios formais e

informais, uma estrutura de pirâmide excludente de conteúdo ideológico. “Na última greve denunciámos a mentira do governo de dizer que estava concedendo 40% de reajuste aos docentes. Ele aplicava valores de aumento maior na parte de cima da tabela, para titular e associado 4, 3, mas, para baixo, o índice de aumento era bem inferior. Vimos que o que está por trás do que hoje é o produtivismo não é o que havia explicitamente no período de vigência da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), e sim está implícito na estrutura da carreira e existe uma barreira significativa para a maioria dos professores”, explica Saito.

O fato é que os docentes são cada vez mais cobrados pela produção científica e por publicação, o que gera um círculo vicioso. “Por exemplo: se o docente consegue entrar na pós-graduação, depois que os estudantes concluem as dissertações e teses, ele tem a possibilidade de compartilhar publicação com o seu orientando. Mas o professor que não está na pós tem o campo de atuação restrito, porque diminuem as publicações e, assim, as chances de obter um financiamento de projeto são ínfimas e menor ainda é a possibilidade de publicar artigos em periódicos classificados como Qualis, que a Capes adota”, esclarece o professor da UnB.

Arquivo Adulfri



**Roberto Leher acredita que a avaliação de desempenho foi pensada como um instrumento para golpear a autonomia universitária**

### **O fator de impacto**

Para ser valorizado pela Capes, o artigo tem de ser publicado em periódicos científicos com Fator de Impacto (FI) elevado, segundo critérios da Thomson Reuters Corporation. Esse índice, criado pelo cientista norte-americano e fundador do Institute for Scientific Information (ISI), Eugene Garfield, mede quantas vezes a revista é citada em outras publicações. Usando preponderantemente o fator de impacto (justificado como forma de eliminar o subjetivismo), a Capes criou



o Sistema Qualis. O Qualis AI, por exemplo, é representado pelas revistas de mais alto impacto. O problema é que o FI é medido pela Thomson Reuters Corporation e as revistas, para poder ter o seu fator avaliado, precisam associar-se a essa organização e pagar uma taxa. “Quando se pergunta se tem uma lucratividade, parece que existe um sistema editorial montado em torno do FI. Tem revistas consideradas importantes, mas não estão no sistema Thomson, por isso elas não têm FI e são consideradas marginais”, diz Saito.

Os docentes observaram, na discussão entre eles, haver mecanismos que forcem as revistas a aumentarem artificialmente os seus FI. “Os docentes submetem o artigo a uma revista que, para ter seu FI elevado e se posicionar melhor no *ranking* da Thomsom, por vezes exige que ele cite

---

“Quando se pergunta se tem lucratividade, parece que existe um sistema editorial montado em torno do FI”

---

*Professor Carlos Saito*

---

na bibliografia um ou dois artigos dela mesma. Assim, começa a criar um sistema artificial. O pesquisador acaba perdendo porque ele apela pela publicação em conjunto ou em separado ou outro pesquisador cita o trabalho dele e ele cita o trabalho do outro. E assim se consegue criar grupos fechados e se cria um círculo vicioso. Há um sistema de produtivismo com essas características na universidade”, denuncia o professor de ecologia da UnB.

Roberto Leher esclarece que essa sucessão de acontecimentos em círculo ocorre porque o eixo dessas políticas de avaliação passa pela pós-graduação “de excelência”. “Isso cinde os professores entre aqueles que atuam apenas na graduação e os que atuam também na pós. Só os que atuam na pós podem percorrer a dita rota da excelência. Então, temos aqui uma profunda cisão. Mas existem outras que coexistem com a anterior, envolvendo a hierarquia de áreas. É só observar o número de bolsas de produtividade para as áreas ditas estratégicas e as áreas secundárias. É gritante! Assim, mesmo entre os que estão na pós, temos rotas distintas de excelência, algumas mais bem pavimentadas e mais fáceis, outras são mais ásperas. A carreira docente infelizmente reproduz tais deformações heterônomas”.

O professor da PPGE/UFRJ explica que uma carreira universitária deveria estar referenciada na instituição e em sua função social, valorizando, de modo equilibrado, os fins constitucionais da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão, indissociáveis. “O esforço sério da pesquisa sistemática, da preparação dos cursos, o trabalho de socialização do conhecimento para a sociedade, tudo isso precisa ser seriamente considerado. E também o tempo, o momento da vida acadêmica

Carla Lisboa



O professor Carlos Saito, do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília, diz que já não há pesquisa desinteressada

---

“O controle dos resultados guiado por referências utilitaristas é fundamentalmente coercitivo”

---

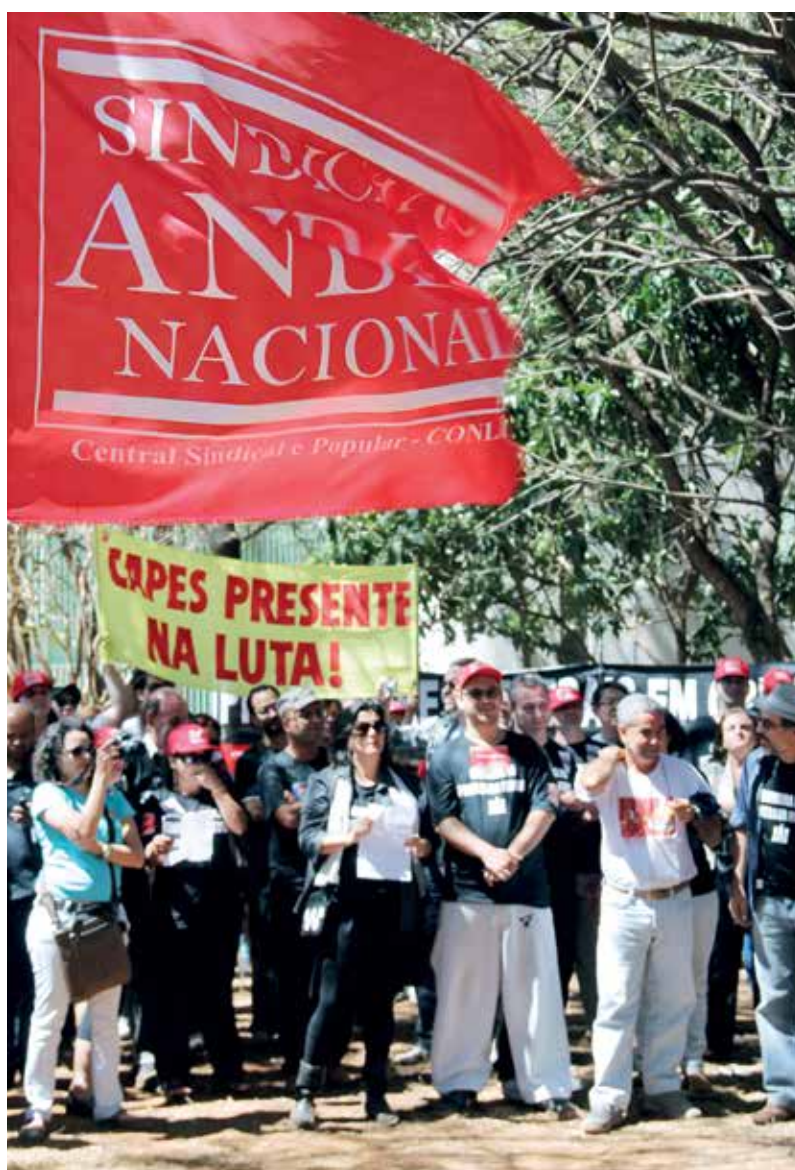
*Professor Roberto Leher*

---

do professor. Não é possível pensar a evolução na carreira para um recém-concursado e um docente com muitos anos na instituição, que já tem maior reconhecimento na área, recebe convites para comitês editoriais, artigos etc. Temos de abrir o debate sobre o fato de que o ensino, a pesquisa e a extensão, embora indissociáveis, podem ser diferentemente equilibrados

e dimensionados ao longo da vida laboral do professor”.

Ele acredita que, juntamente com a avaliação institucional e, nela, a avaliação dos docentes, pode ser trabalhada uma distribuição de funções, direitos e deveres que não é pela carreira, que pode ser muito boa tanto para a categoria como para a educação superior. “Uma carreira que valorize o trabalho vis-à-vis aos fins da universidade pode criar condições para percursos formativos mais sistemáticos, densos, rigorosos, pois, atualmente, a docência é completamente desvalorizada; o mesmo pode ser dito sobre a pesquisa abrangente, teoricamente rigorosa, comprometida com a produção de conhecimento novo, eticamente orientado. Daí porque a última greve foi uma luta por concepção de universidade. Os problemas socioambientais, econômicos, energéticos, alimentares, educacionais da humanidade exigem uma universidade livre, não operacional aos interesses do mercado. Daí a aspereza das lutas pela carreira no Brasil de hoje. Os setores dominantes operam diretamente a educação básica (Todos pela Educação) e superior (por meio da Inovação Tecnológica). Enquanto isso, domínios estratégicos do conhecimento são eclipsados, agravando a condição capitalista dependente do país”, conclui o professor da UFRJ.



**Avaliações da Capes intensificam o trabalho e geram insatisfação**





comprovassem tudo o que ele havia feito e a pontuação valia para o ano seguinte. Se durante 12 meses o docente não alcançasse a pontuação definida, ele ficava com o salário reduzido.

O professor Carlos Saito acredita que foi a GED que introduziu na carreira docente o modelo produtivista. “E tanto era um modelo produtivista que o governo calculava, para a instituição, uma cota de recursos para pagamento da GED. No máximo, 70% dos docentes podiam alcançar 100%. Se todos os docentes de uma instituição atingissem a pontuação para receber a GED integral, não haveria recursos financeiros para isso. Teria de estabelecer um *ranking* para ver quem era que estaria mais no topo e ganharia os 100%”, explica. Essa situação criou uma disputa na universidade. Hoje a Capes, por exemplo, tem a avaliação trienal dos programas, em que verifica o tempo de titulação e também o de produção científica dos docentes e dos discentes. É feita de três em três anos porque há uma oscilação natural na produção científica. Dependendo da área, o pesquisador leva dois anos fazendo experimentos em campo para poder obter um resultado. O que se têm são ciclos.

Com a GED não era assim. A avaliação era feita num período curto de tempo de apenas um ano. “O que acontecia é

que, naquele ano em que o professor não tinha produção científica porque estava trabalhando para isto, ele tinha de dar um jeito de correr para as salas de aula e cobrir a pontuação por meio de aula. E como a pontuação era calculada no fim do ano, às vezes só na metade do segundo semestre é que o professor via que não ia ter a produção com base nas outras coisas e ele corria para tentar negociar ou brigar para que o outro colega saísse da turma e ele assumisse aulas para poder se pontuar”, conta o professor Saito.

A GED criou a competição entre os pares porque não havia a possibilidade de todos, mesmo obtendo a pontuação mínima, receberem o teto da gratificação. Para obter os pontos, a disputa por horas aula era tão intensa que, independentemente de sua especialidade, os docentes queriam pegar qualquer aula para poder pontuar. “O princípio dentro da UnB é que a universidade

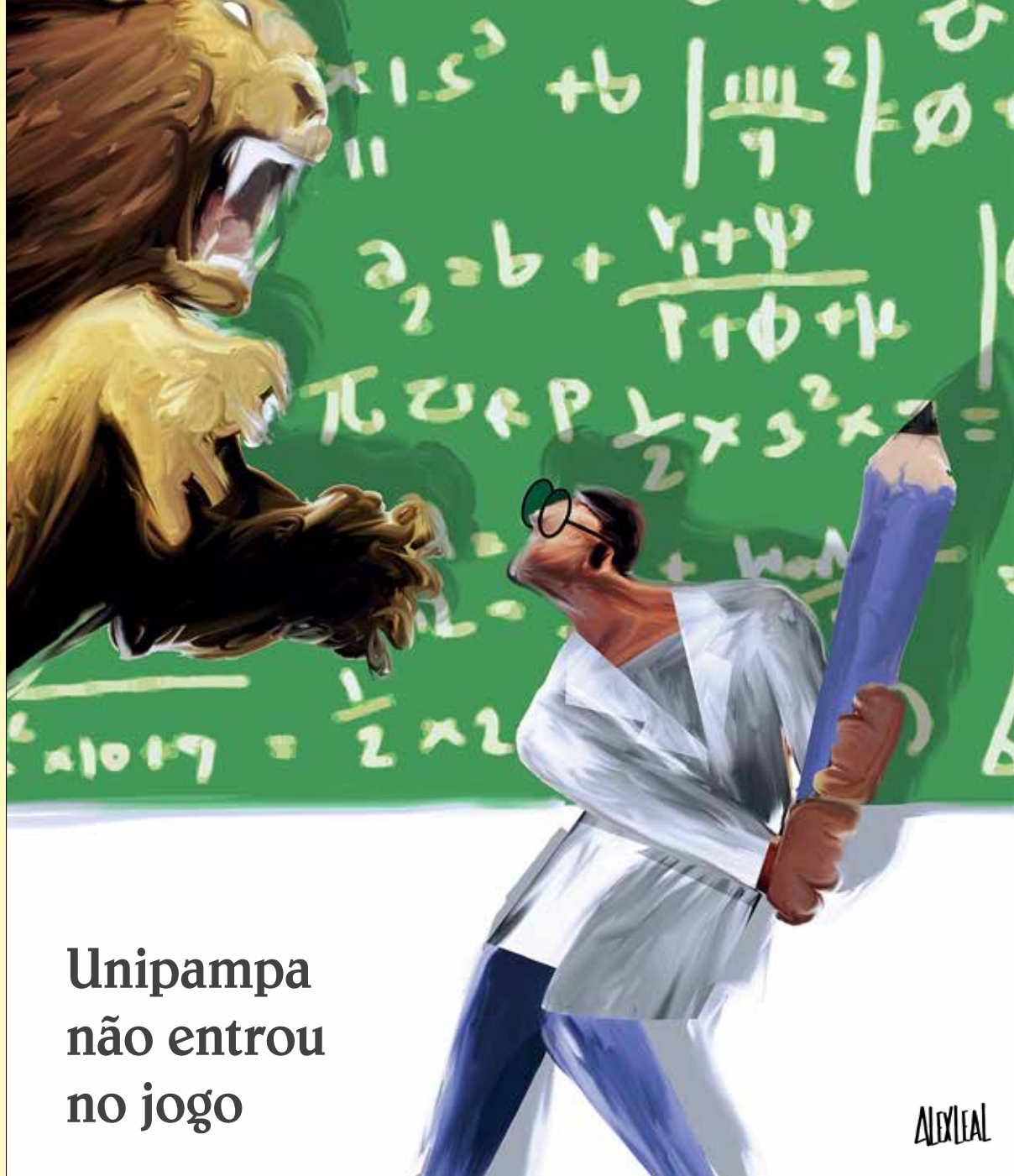
deve procurar alocar os professores dentro de suas especialidades, supondo que ele vai conseguir contribuir com sua experiência de pesquisa e de vida para tornar as aulas mais ricas com exemplos etc. E a GED criou uma situação absolutamente anômala”, afirma.

A GED também gerou o problema da falta de paridade entre os ativos e os aposentados e foi a forma que o ex-ministro da Educação, Paulo Renato, encontrou para suprir as vagas de docentes que surgiam nas universidades e não podiam ser preenchidas porque o ex-presidente FHC proibiu a realização de concursos públicos. “Como a gratificação era de estímulo à docência, e os aposentados já não estavam dando aula, num primeiro momento se criou uma discussão sobre como é que seria resgatada a paridade e aí o governo sinalizou com a proposta de pagar 90% para os aposentados. Isso também permitiu criar essa desigualdade”.



**No Sul, docentes questionam o produtivismo e a precarização do trabalho**





## Unipampa não entrou no jogo

ALEXLEAL

Os professores da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) impediram o governo federal de implantar o Sistema de Planejamento e Gestão de Desempenho (SPGD) na instituição – um modelo de avaliação de docentes que reforçava a transformação do trabalho acadêmico como ati-

vidade produtivista na instituição. Isso ocorreu em 2008, quando o corpo docente era formado por cerca de 400 professores que, mobilizados contra essa proposta, superaram todas as dificuldades, como a distância entre os dez *campi* e a falta de recursos financeiros, fundaram uma seção sindical do ANDES-SN

para organizar a luta, lotaram as assembleias e barraram, no Conselho Universitário, a aprovação da proposta de adoção do SPGD.

Até o fechamento, nenhuma reitoria mencionada nesta matéria respondeu às perguntas encaminhadas. Em mensagem eletrônica, o MEC avisou que não podia atender à solicitação.